MONITOR

DEZEMBRO 2020

REPÓRTER BRASIL

"A GRANA QUE ALIMENTA O BOI"

O sétimo número do Monitor, boletim que divulga os estudos setoriais e de cadeia produtiva da Repórter Brasil, analisa os impactos ambientais da pecuária e as conexões que ligam o setor a investidores nacionais e internacionais.

MONITOR #7

EXPEDIENTE

EDITOR
Marcel Gomes

"A grana que alimenta o boi"

PESQUISA E TEXTO
André Campos (Coordenação)
Piero Locatelli

FOTOS
João Laet (capa, p.16 e p.17)
Avener Prado (p.03 e p.04)
Sidney Oliveira (p.06)
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Black-rock-hq.jpg (p.07)
https://br.freepik.com/fotos/fundo'>Fundo foto criado por mindandi (p.08)
Alvaro Rezende (p.10 e p.21)
Redes socias (p.11)
Bruno Cecim (p.15)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Elaine Almeida

As pesquisas da Repórter Brasil sobre a indústria da carne são apoiadas pela Global Witness

---

REPÓRTER BRASIL
ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL
Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA
Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO
Marília Ramos

REPÓRTER BRASIL

ENDEREÇO
Rua Bruxelas, 169.
São Paulo - SP - Brasil
CEP 01259-020

CONTATOS

biobr@reporterbrasil.org.br

ONGReporterBrasil

@reporterb

(55 11) 2506-6570
(55 11) 2506-6562
(55 11) 2506-6576
(55 11) 2506-6574

INTRODUÇÃO

Este relatório aborda os impactos ambientais da pecuária no Brasil – especialmente em relação ao desmatamento de florestas –, bem como as conexões que ligam o setor a investidores nacionais e internacionais. Ele inclui cinco estudos de casos no Mato Grosso, associados à cadeia de fornecedores dos três maiores frigoríficos do país – JBS, Marfrig e Minerva.

Atualmente, dois dos maiores investidores do setor no país são grandes grupos financeiros internacionais: a gestora de fundos norte-americana BlackRock e o banco de investimentos Morgan Stanley, igualmente sediado nos Estados Unidos.

O relatório traz detalhes sobre seus aportes financeiros no segmento de carne bovina, assim como o posicionamento das empresas – frigoríficos e investidores – frente aos problemas ambientais enfrentados pelo setor.

PECUÁRIA E DESMATAMENTO

O desmatamento é uma das principais causas do aquecimento global, e responde por cerca de 20% das emissões de gases do efeito estufa mundialmente[1]. A proteção e a restauração das florestas, por sua vez, poderiam mitigar em 25% as emissões de carbono globais, de acordo com dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU.

Dentro do Brasil, as consequências do desmatamento para a emergência climática ganham ainda mais importância. A agropecuária é a atividade que mais contribui para as mudanças climáticas no contexto local. O setor foi responsável por 80% das emissões de gases do efeito estufa no país entre 1990 e 2018[2].

O percentual leva em conta tanto as emissões diretas quanto as indiretas do setor. A criação de gado é a principal fonte das emissões diretas, devido às altas quantidades de metano (CH4) produzidas pela fermentação no rúmen dos animais. Mas o impacto indireto – principalmente pela conversão de florestas em fazendas – é o responsável pela maior parte dessas emissões.

Também nesse contexto a pecuária bovina desempenha papel de destaque. Ela é hoje considerada a principal causa do desmatamento na Amazônia. Aproximadamente 65% da área desmatada no bioma é ocupada por pastos, segundo os dados oficiais mais recentes de mudança do uso do solo mapeados pelo governo brasileiro[3]. A situação reflete a expansão vertiginosa do rebanho bovino na maior floresta tropical do mundo durante os últimos 40 anos. O número de bois e vacas pastando nos estados da Amazônia Legal se multiplicou por dez no período. Passou de 8,4 milhões de cabeças em 1978 – então o equivalente a 8% do rebanho nacional – para 87 milhões em 2018. Este número responde, hoje, por 41% dos bovinos criados no Brasil[4].

O Mato Grosso, segundo os dados mais recentes do governo brasileiro, tem mais de 30 milhões de cabeças de gado. É o estado com o maior rebanho do país – 7% do total nacional.[5] Ele abriga importantes frentes de expansão da agropecuária em três dos biomas brasileiros atingidos pelo desmatamento nas últimas décadas: a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal.

SETOR FINANCEIRO E PECUÁRIA

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

As três maiores empresas da pecuária brasileira abriram seu capital na bolsa na primeira década dos anos 2000, em um contexto de crescimento da economia e de expansão de crédito no país. JBS, Minerva e Marfrig – os três maiores frigoríficos do país – começaram a ofertar ações na bolsa de valores de São Paulo em 2007.

Grande parte do crescimento dessas empresas ocorreu na região da Amazônia Legal. No Mato Grosso, as três atingiram, durante a última década, uma participação de mercado correspondente a dois terços do total de abates[6].

Bancos estatais foram essenciais para o crescimento dessas empresas no período, através da concessão de crédito ou da aquisição de participação acionária dessas empresas. A política do governo federal de criar players internacionais, que levou a uma maior concentração industrial no setor, teve no financiamento estatal à pecuária um papel central.

Ao mesmo tempo, não foram adotadas políticas públicas suficientemente adequadas para mitigar os danos ambientais causados pela criação bovina. O Banco do Brasil, controlado pelo Governo Federal, segue sendo o maior financiador de empresas de commodities com risco de desmatamento. Isso decorre, especialmente, do seu papel como operador do crédito rural subsidiado voltado aos produtores rurais[7]. Já o BNDES – um banco de investimentos também federal – ocupa papel de destaque nos investimentos corporativos ligados ao risco de desmatamento – principalmente devido à sua exposição ao setor da carne bovina. O banco, através da BNDESPAR, é hoje o segundo maior acionista da JBS, com o controle de 21,82% da empresa[8]. Até 2019, também teve relevante participação acionária na Marfrig.

O setor financeiro, em especial o segmento privado, teve participação tímida nas discussões para o combate ao desmatamento no Brasil ao longo dos últimos vinte anos. Ainda assim, medidas pontuais foram tomadas, com diferentes graus de sucesso.

Uma resolução do Conselho Monetário Nacional do Banco Central[9], em 2008, condicionou todos os empréstimos feitos a fazendeiros no bioma Amazônico à declaração de que "inexistem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel". A medida se aplicava a todos os bancos que operam no país, mas era focada somente nos proprietários das terras, sem considerar a cadeia produtiva em que eles estão inseridos.

No ano seguinte, o BNDES anunciou que iria condicionar seu apoio ao rastreamento individual de todos os bovinos[10]. A medida ajudaria no controle dos chamados fornecedores indiretos, que segue sendo o principal gargalo do combate ao desmatamento na pecuária. As diretrizes previam que todos os animais abatidos pelos frigoríficos apoiados pelo banco deveriam ter, em janeiro de 2016, a rastreabilidade do nascimento até o abate. O prazo, porém, nunca foi cumprido, conforme admite o próprio banco[11].

A INVISIBILIDADE DOS FORNECEDORES INDIRETOS

A pecuária envolve diferentes fases no desenvolvimento dos animais. A “cria” corresponde ao crescimento do bezerro até o momento desmama. Já a “recria” vai da desmama até o início da reprodução das fêmeas, ou, no caso dos machos, da fase de engorda. Esta última etapa – a “engorda” – visa preparar o animal para o abate. É o momento em que se estimula o ganho de peso do animal, para o aumento do volume de produção.

Existem fazendas que realizam todas estas fases. Uma grande parcela, no entanto, dedica-se apenas a uma ou algumas das etapas. Diversos fatores são determinantes para isso. Por exemplo, a capacidade de investimento em infraestrutura e alimentação, a proximidade com as plantas de abate e a qualidade das pastagens em diferentes áreas.

Essa situação gera um intenso comércio de animais pré-abate. Muitas fazendas dedicadas somente à engorda compram gado de corte de outras áreas e produtores. Tal conjuntura cria uma lacuna de rastreabilidade dos animais, que dificulta o monitoramento do desmate associado aos fornecedores indiretos.

INVESTIMENTOS PRIVADOS

Em relação aos investimentos privados, apesar de todos os problemas do setor, a indústria de carne bovina brasileira segue sendo beneficiada por fundos financeiros supostamente atrelados a práticas sustentáveis.

O principal exemplo são os Fundos de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ASG), cujos critérios, no Brasil, são difundidos principalmente pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Os fundos ASG anunciam que são lastreados em parâmetros de responsabilidade social, ambiental e de gestão. Mas suas carteiras, em diversos casos, distorcem esses conceitos para incluir frigoríficos brasileiros[12].

Um exemplo são os investimentos atrelados ao Índice de Carbono Eficiente (ICO2). Trata-se de um dos principais índices de sustentabilidade da B3, a bolsa de valores oficial do Brasil. Foi criado pela B3 em parceria com o BNDES.

O ICO2 é anunciado como um fundo que "favorece as empresas com menor emissão de gases de efeito estufa", e que traz uma "solução de investimento socialmente responsável de baixo custo". Para integrá-lo, o principal critério é a apresentação de um inventário de emissões de gases do efeito estufa. A JBS, o maior frigorífico brasileiro, é uma das 25 empresas com ações negociadas através do índice.

Mas o inventário que valida a inclusão no índice foca apenas nas operações diretas das empresas participantes. As emissões associadas à cadeia de fornecimento não são consideradas.

Trata-se de uma lacuna relevante, em descompasso com a realidade das emissões no caso brasileiro. Conforme já explicado, a maior fonte de gases do efeito estufa, no contexto do país, está associada ao setor agropecuário – ou seja, ao fornecimento de matérias-primas.

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

Internacionalmente, uma série de países têm discutido leis que podem obrigar importadores a fazer a devida diligência obrigatória relacionada a temas ambientais, incluindo o desmatamento. Isso forçaria as empresas a checar as cadeias produtivas dos seus fornecedores para prevenir, mitigar e informar sobre os riscos.

O Reino Unido está atualmente fazendo uma consulta sobre se deve ou não adotar legislação que impeça a importação de produtos ligados ao desmate ilegal[13]. Já a União Europeia realiza uma consulta sobre como deve abordar o desmatamento em sua legislação, após a publicação de um relatório a respeito do tema no início deste ano[14]. Em ambos os casos, diversas organizações da sociedade civil têm pressionado para que o setor financeiro não seja excluído desse processo. Os acordos voluntários das empresas e bancos têm falhado reiteradamente em trazer uma solução ao desmatamento nas cadeias produtivas de commodities. E uma legislação voltada somente aos importadores de produtos, sem os financiadores e investidores, seria insuficiente para conter este problema[15].

Distinções entre empresas agropecuárias e as financeiras nem sempre são claras, já que elas podem ser totalmente controladas por empresas financeiras, ou até mesmo financiar seus produtores e fornecedores. Assim, se a legislação relacionada a diligência devida excluir as finanças, ela pode resultar em cenários onde uma empresa é impedida de realizar práticas prejudiciais que impulsionam o desmatamento, enquanto um braço separado da mesma empresa é capaz de se financiar e lucrar com essas mesmas atividades[16].

GRANDES INVESTIDORES

Dois dos principais gestores de ativos globais – a gestora BlackRock e o banco Morgan Stanley – ocupam hoje posição de destaque entre os acionistas dos principais frigoríficos brasileiros. Abaixo detalhes sobre a participação de ambos no setor.

BLACKROCK

Maior gestor de fundos de investimento do mundo, a BlackRock está também entre os maiores acionistas atuais da JBS – o principal frigorífico de carne bovina do país.

Ainda que a participação da empresa oscile, em maio deste ano a gestora chegou a ser a terceira maior acionista do frigorífico. Ficava somente atrás da J&F Investimentos, controlada pela família fundadora da JBS, e do banco estatal brasileiro BNDES.

A BlackRock anunciou, em julho de 2020, uma ampla política de combate ao aquecimento global[17]. O principal ponto era a punição de 53 empresas que não haviam obtido os avanços esperados para reduzir seu impacto ambiental.

Nenhuma delas, no entanto, pertencia ao setor da pecuária. Os seus investimentos no agronegócio brasileiro foram totalmente ignorados no anúncio. As palavras "pecuária" e "desmatamento" sequer foram citadas[18].

Antes do anúncio sobre a crise climática, a BlackRock publicou uma nova política de sustentabilidade para o agronegócio. Até mesmo na política voltada ao setor, a pecuária não é abordada e o desmatamento só é mencionado duas vezes. Em uma dessas menções, a gestora pede que "as empresas divulguem quaisquer iniciativas" para obter cadeias produtivas livres de desmatamento. Ela também pede que os resultados sejam disponibilizados "idealmente com algum grau de auditoria independente"[19].

Parte dos investimentos da BlackRock nas empresas brasileiras é feita justamente através do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que tem as ações da JBS em seu portfólio. A gestora atua fortemente através da disponibilização de fundos de investimento diversos para alocar recursos disponibilizados por clientes.

MORGAN STANLEY

O Morgan Stanley possui participação acionária em dois dos três maiores processadores de carne bovina do país. O banco norte-americano é dono de 3,4% da Marfrig[20], o segundo maior do setor, e de 4,94% da Minerva[21], o terceiro neste ranking.

Além de acionista, o banco também possui histórico de prestação de serviços financeiros à Marfrig. Entre 2014 e 2017, subscreveu uma série de emissões de títulos para a empresa, no valor estimado de US$ 947 milhões. À Global Witness, uma porta-voz confirmou que o banco também já havia financiado o frigorífico, ressaltando ainda que os riscos de desmatamento eram analisados cuidadosamente[22]."

O Morgan Stanley publicou uma atualização das suas políticas ambientais em agosto de 2019[23].Afirma: "mobilizamos capital para dimensionar soluções de sustentabilidade, direcionando capital privado para investimentos sustentáveis e abordando riscos ambientais e sociais em toda a empresa." A política de sustentabilidade do banco, porém, não contém parâmetros e critérios claros sobre investimentos em carne bovina. Há diretrizes específicas para alguns setores ligados ao agronegócio, como o óleo de palma, mas não em relação à pecuária.

A controlada que detém as ações dos dois frigoríficos no Brasil é a Morgan Stanley Administradora de Carteiras, uma das subsidiárias do banco no país. Em formulário entregue à Comissão de Valores Mobiliários em março deste ano, a Morgan Stanley Administradora de Carteiras afirma que "atualmente não exerce atividade de gestão de recursos de terceiros[24]".

De acordo com a política da empresa divulgada em seu site brasileiro, "os fundos e carteiras geridos pela MSAC [subsidiária brasileira da empresa] são oriundos de recursos exclusivamente de propriedade de empresas do conglomerado Morgan Stanley ("Morgan Stanley"). Não são parte de seu escopo a gestão de recursos de terceiros, e tampouco a distribuição de valores mobiliários[25]."

EXEMPLOS DE DESMATAMENTO

Abaixo serão abordados cinco casos investigados pela Repórter Brasil ao longo de 2020[26]. Eles mostram como o desmatamento ilegal está associado à cadeia de aquisição de matéria-prima dos três principais frigoríficos brasileiros.
Em especial, os exemplos desnudam a falta de rastreabilidade para além da última fazenda fornecedora – ou seja, englobando também os fornecedores indiretos. O gargalo de monitoramento leva ao risco de contaminação das compras e, por consequência, coloca em xeque a sustentabilidade ambiental dos investimentos focados no setor.

FAZENDA BRASÍLIA

PROBLEMAS

Desmatamento ilegal e "triangulação" de gado.

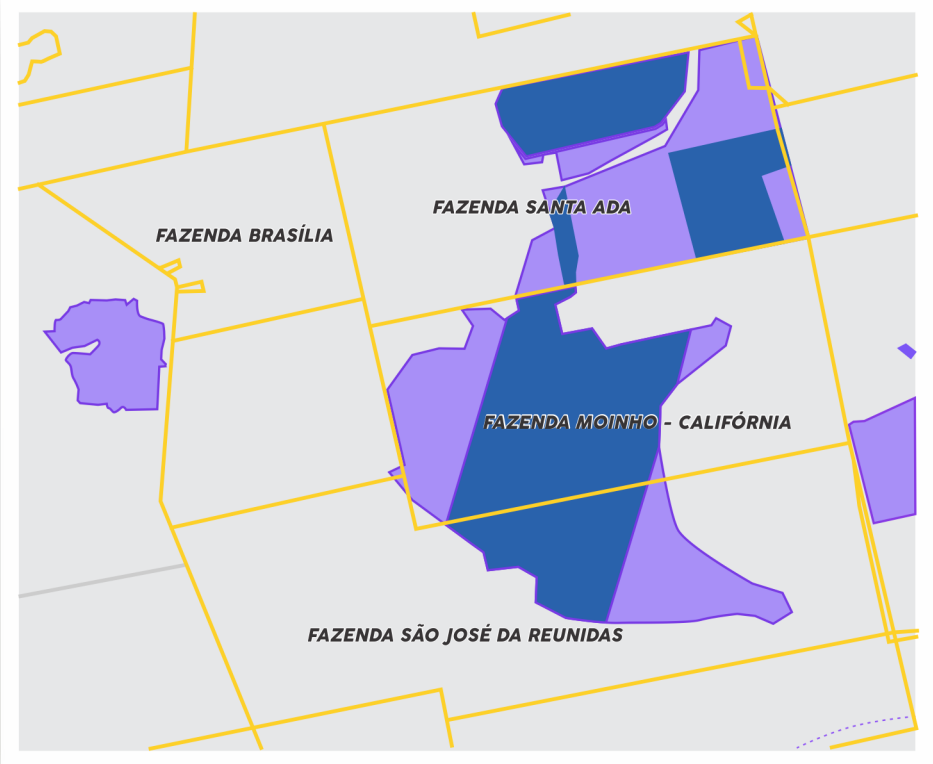
O PECUARISTA

José Carlos Ramos Rodrigues possui um dos maiores passivos ambientais da Amazônia brasileira. Foi listado como o 11º maior desmatador da Amazônia nos últimos 25 anos, em reportagem recentemente publicada pelo The Intercept Brasil[27].

O CASO

Rodrigues e outros membros de sua família controlam uma área contígua de 35 mil hectares no Nordeste do Mato Grosso, em São José do Xingu (MT). Essa grande porção de terra amazônica foi dividida em quatro fazendas distintas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – o registro fundiário do governo brasileiro destinado a controlar o cumprimento das leis ambientais em propriedades rurais.

As propriedades estão registradas em seu nome, no nome de familiares e em nome de duas empresas pertencentes à família. Todas elas – com exceção da menor, a Fazenda Brasília – tiveram áreas oficialmente interditadas para a criação de gado em seu perímetro devido à constatação de desmates ilegais (ver mapa abaixo).



As áreas em azul representam o trechos da fazenda interditados devido ao desmatamento ilegal (Fonte: MPF, Amazônia Protege, http://www.amazoniaprotege.mpf.mp.br/)

O pecuarista recebeu ao menos 13 multas ambientais entre 2007 e 2016, totalizando cerca de R$ 104 milhões devidos aos cofres públicos. Além do desmatamento, queimadas ilegais também foram detectadas em suas fazendas.

Em casos do gênero, a lei brasileira determina a interdição das áreas ilegalmente exploradas, visando impedir a continuidade das atividades agropecuárias e, assim, permitir a regeneração da vegetação nativa. Por conta disso, a fiscalização embargou cerca de 15 mil hectares das fazendas de Rodrigues em São José do Xingu – explicitamente vetando, portanto, a continuidade da criação de gado.

Mesmo assim, os fiscais federais flagraram repetidas vezes a manutenção de animais nas áreas embargadas – a última delas em janeiro deste ano. Antes disso, em 2016, Rodrigues já havia sido multado em R$ 28 milhões por impedir a regeneração da floresta e por manter a pecuária em uma área de 6 mil hectares desmatada ilegalmente na Fazenda Califórnia.

Além dos crimes ambientais, o pecuarista também foi responsabilizado por usar mão de obra análoga à escrava em 2008[28]. O crime foi igualmente flagrado em São José do Xingu. Através de seu advogado, Rodrigues alegou à época que há oito meses não ia até a propriedade. E que, além disso, a contratação dos trabalhadores resgatados não tinha sido autorizada por ele.

CADEIA DE FORNECIMENTO

Conforme dito, de todas as propriedades contínuas, apenas a Fazenda Brasília não possui registros de desmatamento ilegal. E foi justamente ela que vendeu centenas de animais para a Marfrig e para a JBS nos últimos dois anos.

Mas, antes de vender gado para o abate, ela recebeu animais transferidos de outra propriedade vizinha pertencente à família – a Fazenda Moinho/Califórina. Esta sim possui centenas de hectares embargados por desmatamento ilegal e, conforme relatado, foi palco de flagrantes da fiscalização constatando o desrespeito dos embargos.

Ambos os frigoríficos são signatários de acordos onde se comprometem a não adquirir gado proveniente de áreas embargadas. No entanto, a falta de rastreabilidade total impede que a prática seja monitorada com eficiência, até mesmo em situações evidentes como esta – onde a divisão de uma enorme propriedade rural em diversas fazendas menores ajuda a mascarar, no papel, a real origem do gado.

FAZENDA ESTRELA DO ARIPUANÃ

PROBLEMA

Fornecedor indireto com desmatamento ilegal.

O PECUARISTA

Além de criar gado para o abate, Ronaldo Venceslau Rodrigues da Cunha é dono de uma empresa dedicada à genética bovina. A marca da sua família nesse negócio, "Aliança", é bastante conhecida na comercialização de touros para reprodução.

O CASO

Em 2012, Cunha foi multado em R$ 2,2 milhões pelo Ibama, o órgão de fiscalização ambiental do governo federal brasileiro. O motivo foi o desmatamento ilegal de 1,5 mil hectares da floresta amazônica na Fazenda Estrela do Aripuanã, localizada em Aripuanã, no Noroeste do Mato Grosso.

A Fazenda Estrela do Aripuanã é uma fazenda de 3,6 mil hectares com apenas cerca de 13% de vegetação nativa remanescente. O perímetro embargado corresponde a 39% de sua área total. A área controlada pelo pecuarista na região, porém, é muito maior. À semelhança do caso anterior, ele também possui outras áreas contíguas - as fazendas Estrela do Aripuanã I e II – registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Junto com a Fazenda Estrela do Aripuanã, elas ocupam um latifúndio de 9,5 mil hectares.

CADEIA DE FORNECIMENTO

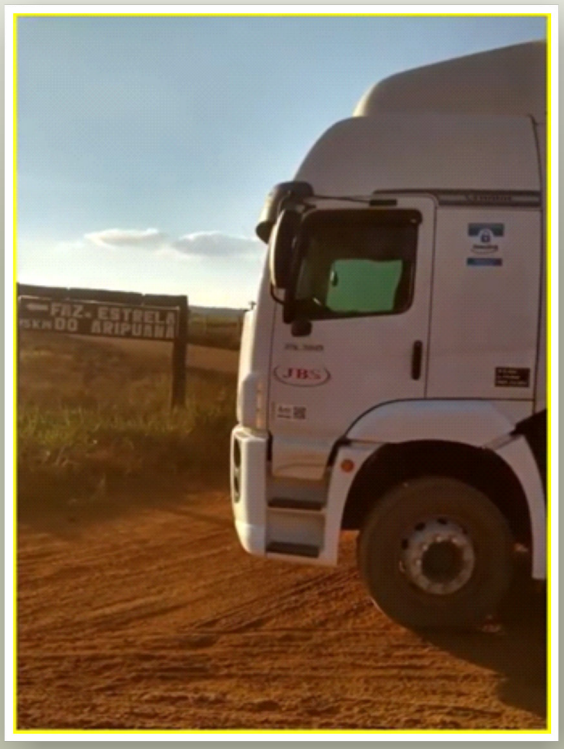
Em 2028 e 2019, Ronaldo Venceslau Rodrigues da Cunha transferiu milhares de animais para engorda e reprodução da Fazenda Estrela do Aripuanã para outra de suas propriedades em Mato Grosso – a Fazenda Estrela do Sangue, em Brasnorte (MT).

Por sua vez, a Fazenda Estrela do Sangue enviou, neste mesmo período, animais para serem abatidos em frigoríficos da JBS nas cidades de Juína e Juara.

Trata-se de um típico exemplo que mostra o risco de contaminação da cadeia produtiva por meio de fazendas fornecedoras indiretas. Mas há, no entanto, outra peculiaridade relevante em relação ao caso.

Informações veiculadas em redes sociais indicam que a própria JBS foi a responsável, em 2019, pela transferência de animais da Estrela do Aripuanã para a Estrela do Sangue. O caso foi reportado originalmente em julho, em uma investigação conjunta envolvendo o The Bureau of Investigative Journalism, o jornal britânico The Guardian e a Repórter Brasil[29].

A JBS possui uma subsidiária que presta serviços de transporte de gado por caminhão, inclusive entre fazendas. Em julho de 2019, um caminhoneiro da empresa postou fotos e informações sobre o transporte realizados entre as duas propriedades mencionadas. Os animais foram transferidos em frota própria de caminhões da JBS.



Caminhão da JBS chegando à Fazenda Estrela do Aripuanã

FAZENDA TRÊS RIOS

PROBLEMAS

Desmatamento ilegal e invasão de terras indígenas.

O PECUARISTA

Aldo Pedreschi Filho.

O CASO

Em agosto de 2019, o Ibama encontrou gado vinculado à Fazenda Três Rios, em Canarana (MT), sendo criado dentro de um território indígena vizinho à fazenda.

A família Pedreschi cria gado em uma grande área deste município, localizado na transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Lá eles registram a posse de quatro fazendas contíguas, totalizando 3,5 mil hectares. O conjunto de propriedades faz fronteira com a Terra Indígena Pequizal do Naruvôtu, homologada por decreto presidencial em 2016.

Mas uma fiscalização do Ibama, em julho de 2019, mostrou que a área ocupada pelas pastagens era de fato muito maior. Os fiscais descobriram que Aldo Pedreschi Filho estava criando milhares de animais dentro da terra indígena vizinha.

Os danos causados pela atividade atingiram uma área de 2.181 hectares - o que corresponde a quase 10% da área total da TI Pequizal do Naruvôtu. Por essa constatação, Aldo Pedreschi Filho foi multado em 10,9 milhões de reais.

Além desta questão, uma das quatro fazendas da família na região – a Fazenda Três Rios – teve 84% de sua área embargada por desmatamento ilegal. Desde 2006, a família recebeu pelo menos sete multas vinculadas ao desmate irregular neste aglomerado de propriedades, totalizando mais de R$ 20 milhões. Em 2009, Aldo Pedreschi Filho e seu pai, Aldo Pedreschi, chegaram a ser incluídos em uma lista dos 75 maiores desmatadores mato-grossenses, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Além dos problemas ambientais, a Fazenda Três Rios também possui histórico de uso de mão de obra escrava. Oito trabalhadores submetidos ao crime no local foram resgatados, em 2003, pela fiscalização trabalhista do governo federal.

CADEIA DE FORNECIMENTO

Ao longo do primeiro semestre de 2019, Aldo Pedreschi Filho enviou diversas vezes animais para o abate na unidade da JBS em Barra do Garças (MT). No mesmo ano, também encaminhou gado para engorda a uma outra fazenda, no município de Água Boa (MT), que igualmente abastece a JBS.

Os animais vendidos foram registrados como sendo oriundos da Fazenda Boa Vista, uma das propriedades limítrofes à Fazenda Três Rios e à Terra Indígena Pequizal do Naruvôtu. Ela não possui embargos ambientais no seu perímetro. Mas o histórico de ilegalidades verificadas no entorno, somado às lacunas de rastreabilidade da cadeia bovina, não permitem descartar a possibilidade de que, através da Fazenda Boa Vista, estejam sendo vendidos animais que pastaram dentro de terras indígenas ou em áreas desmatadas ilegalmente.

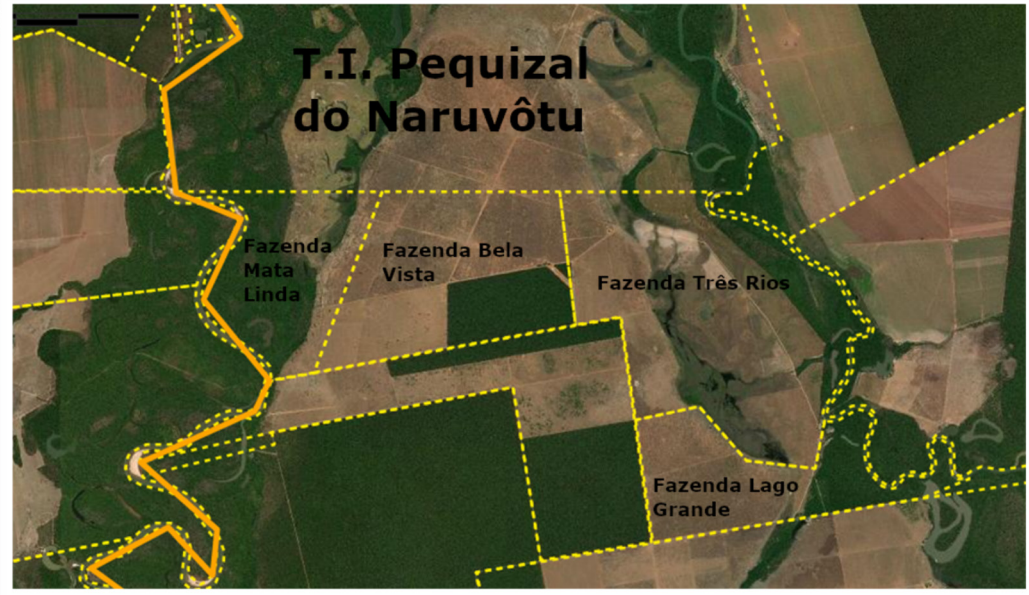


Imagem de satélite das propriedades pertencentes à família – as fazendas Mata Linda, Bela Vista, Três Rios e Lago Grande –, limítrofes à Terra Indígena

FAZENDA AMOR DO ARIPUANÃ

PROBLEMAS

Desmatamento ilegal e relações indiretas de fornecimento.

O PECUARISTA

Sidney Gasques Bordone.

O CASO

Sidney Gasques Bordone cria gado em várias fazendas em Mato Grosso, localizadas em sete municípios do estado. Uma delas é a Fazenda Amor do Aripuanã, no município de Aripuanã (MT). Ela tem 877 hectares embargados pelo Ibama.

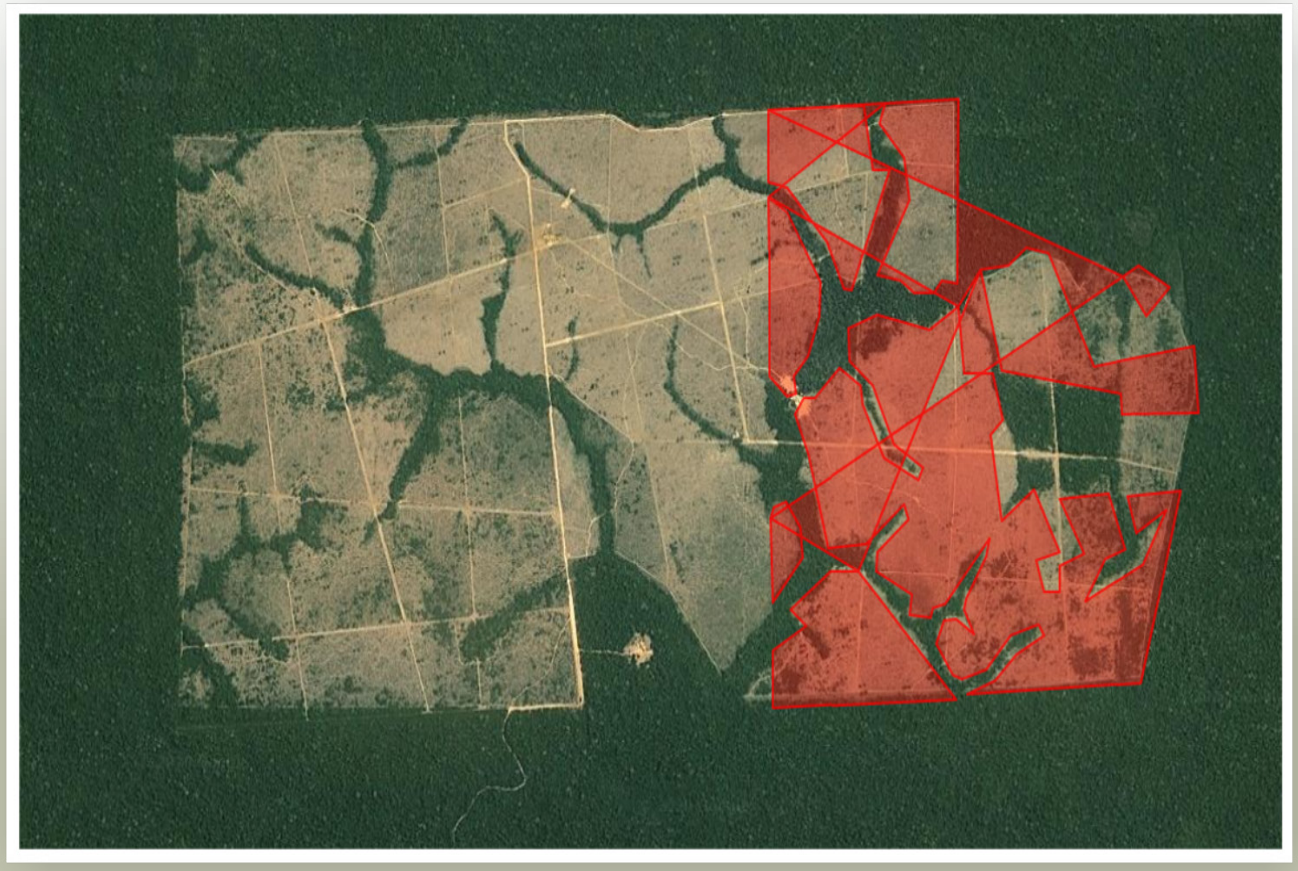
Bordone já foi multado em R$ 1,8 milhão devido ao desmatamento ilegal da floresta amazônica em Aripuanã, a primeira vez em 2005 e novamente em 2013.

CADEIA DE FORNECIMENTO

A Fazenda Amor do Aripuanã é um típico exemplo de propriedade fornecedora indireta da indústria.

Em agosto de 2019, Sidney Gasques Bordone transferiu 190 animais daquela fazenda para serem engordados em outra de suas propriedades – a Fazenda Rio Azul, em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT).

Depois disso, em setembro de 2019, a Fazenda Rio Azul vendeu animais para o abatedouro da Marfrig em Várzea Grande (MT). Durante o segundo semestre daquele ano, também abasteceu a unidade da Minerva em Mirassol D'Oeste (MT).



Fazenda Amor do Aripuanã – em vermelho, a área embargada por desmatamento ilegal (Fonte: Ibama)

FAZENDA BIANCHIN/ AGROPECUÁRIA GPC

PROBLEMAS

Desmatamento ilegal, relações diretas e indiretas de fornecimento.

O PECUARISTA

Gustavo Vigano Piccoli.

O CASO

O Ibama já aplicou R$ 29 milhões em multas por infrações ambientais diversas na Fazenda Bianchin, localizada em Nova Ubiratã (MT). Os problemas identificados incluem desmatamento sem autorização a descumprimento de embargos ambientais. Entre 2012 e 2017, cerca de 1.200 hectares de floresta amazônica foram suprimidos no local segundo o monitoramento por satélite do sistema Prodes/INPE[30].

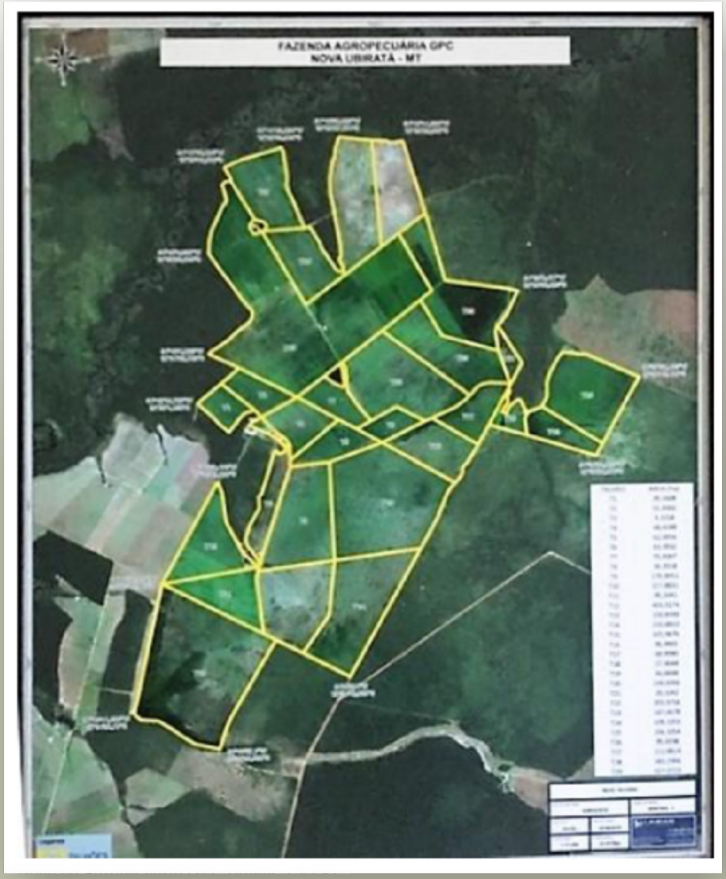
As autuações foram aplicadas em desfavor do proprietário original da fazenda. Mas, em 2017, ela foi arrendada por um outro produtor rural de grande porte – Gustavo Vigano Piccoli, ex-presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa).

A partir de então, foi rebatizada com nome Agropecuária GPC. O arrendamento é descrito em um relatório técnico sobre o manejo do gado na fazenda, publicado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), ao qual à Repórter Brasil teve acesso.

CADEIA DE FORNECIMENTO

Já sob o novo nome e administração, a propriedade passou a fornecer animais à planta frigorífica da JBS no município de Diamantino (MT). Bois da área arrendada também foram encaminhados a outra propriedade de Piccoli, a Fazenda da Pedra. O imóvel rural, por sua vez, fornece gado a duas unidades da JBS.

Importante ressaltar que a mudança de controle não invalida os embargos ambientais. Nas áreas embargadas, conforme já explicado, a criação de bois não é permitida para que a vegetação nativa consiga se recompor.



Mapa da Agropecuária GPC (Fonte: UFPR)

O OUTRO LADO

Os casos elencados anteriormente foram publicados em uma série de reportagens veiculadas pela Repórter Brasil ao longo dos últimos meses[31]. Nesse contexto, a organização entrou em contato com os fazendeiros e três frigoríficos citados. Também a BlackRock e o banco Morgan Stanley foram procurados.
Além de perguntas sobre os casos específicos abordados neste relatório, foram enviadas questões sobre as políticas para o monitoramento de fornecedores e os critérios de investimento adotados para o setor. **As respostas obtidas seguem a seguir.**

FRIGORÍFICOS

JBS

A JBS não comentou nenhum dos casos em específico, mas afirmou que "está totalmente comprometida com a erradicação do desmatamento em toda sua cadeia de fornecimento." A empresa destacou, no entanto, a dificuldade de ter dados sobre os fornecedores indiretos.

Para o frigorífico, "a rastreabilidade de toda a cadeia da carne, embora seja uma tarefa complexa, pode ser alcançada no médio prazo". A empresa afirma que, para avançar neste monitoramento, tem discutido com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a criação de um novo procedimento para a emissão das Guias de Trânsito Animal (GTAs).

As GTAs são documentos de natureza sanitária. De acordo com a legislação brasileira, devem obrigatoriamente acompanhar quaisquer transferências de bovinos entre fazendas – ou, ainda, de fazendas até estabelecimentos de abate. Mas não existem mecanismos públicos que garantam a transparência dessas guias de forma a permitir a rastreabilidade dos indiretos.

"A JBS acredita que a ideia da "GTA-Verde" é bastante promissora, pela sua simplicidade de implementação, e, principalmente, por ser um processo que não traz risco de fragilizar o sistema de controle sanitário do rebanho brasileiro, baseado na GTA."

Recentemente, em setembro, a empresa anunciou um novo programa, intitulado "Juntos pela Amazônia". Ele pretende desenvolver, até 2025, tecnologias para o rastreamento de 100% da sua cadeia produtiva, do nascimento dos animais até ao abate[32]. O frigorífico ainda não apresentou um plano detalhado de como pretende atingir essa meta prometida.

MARFRIG

Sobre o caso da Fazenda Brasília, o frigorífico afirmou que "um dos critérios existentes no compromisso assumido pela Marfrig é o de não adquirir animais oriundos de áreas embargadas pelo Ibama. Para isso verifica-se o CPF/CNPJ do fornecedor em questão e, caso haja alguma restrição no Ibama, é gerado um relatório com evidências de que a propriedade que irá fornecer os animais não se trata da fazenda embargada. A fazenda Brasília não possui nenhum tipo de restrição socioambiental quanto aos critérios estabelecidos pela Marfrig."

Com relação a triangulação de animais entre fazendas, o frigorífico afirmou que "hoje não existem ferramentas efetivas que permita o controle sistemático desse tipo acontecimento."

A Marfrig afirmou o mesmo em relação às fazendas de Sidney Gasques Bordone. Segundo ela, "todos os abates da Fazenda Rio Azul foram realizados de forma regular. A propriedade não possui nenhum tipo de restrição socioambiental quanto aos critérios assumidos pela empresa".

A companhia ressaltou ainda que, "com relação a triangulação de animais entre fazendas, hoje não existem ferramentas que permitam o controle sistemático dessa situação". Entre as medidas para lidar com o problema, mencionou participar de mesas de negociação com outros stakeholders para encontrar soluções. Disse, ainda, estar elaborando um "Mapa para Mitigação de Risco". Ele pretende cruzar informações sobre as áreas de maior incidência de cria e recria com as regiões mais vulneráveis e expostas ao desmatamento.

Especificamente sobre o rastreamento de fornecedores indiretos, a empresa também anunciou, alguns meses antes da JBS, a meta de rastrear fornecedores indiretos. A meta é atingir o desmatamento zero na cadeia de suprimento bovino até 2030[33]. Igualmente, ainda não foram explicitadas as medidas concretas que permitirão alcançar esse objetivo.

MINERVA FOODS

A empresa Minerva Foods afirmou que iria "apurar os fatos com o uso dos dados que legalmente estão disponíveis para essa análise", ressaltando que, "caso seja encontrada qualquer irregularidade no processo de fornecimento do gado pela Fazenda Rio Azul para a nossa unidade de Mirassol D´Oeste, as providências cabíveis serão adotadas."

Ao mesmo tempo, frigorífico também afirmou que "os dados que legalmente estão disponíveis para uso oficial não permitem à companhia encontrar irregularidades no processo de fornecimento do gado".

Diz a empresa: "a Minerva Foods, e qualquer outra indústria, não possui meios efetivos de acesso irrestrito ao sistema de emissão de GTAs e, portanto, não detém a capacidade de monitoramento completo da cadeia de trânsito animal no território nacional para os mais de 2,6 milhões de pecuaristas."

O monitoramento desde o nascimento dos animais, ressalta a companhia, carece de um sistema de rastreabilidade individual no país, "algo que deverá ser conduzido e supervisionado pelas autoridades sanitárias competentes."

INVESTIDORES

BLACKROCK[34]

Uma porta-voz da empresa informou à Repórter Brasil que, em 2019, entrou em contato com grandes empresas do agronegócio operando no Brasil – entre elas a JBS – para discutir suas práticas e questões específicas relacionadas à região Amazônica, incluindo a gestão da cadeia de fornecedores.

"Desde esses compromissos no ano passado (2019), continuamos a monitorar de perto essas empresas para avaliar seus padrões operacionais e seu progresso", escreveu a porta-voz da empresa em e-mail. "Em compromissos recentes, discutimos os esforços da JBS para erradicar o desmatamento em sua cadeia de suprimentos depois que a empresa forneceu uma atualização sobre esses esforços e o progresso de seus recursos para monitoramento de fazendas fornecedoras na Amazônia. Estamos monitorando de perto o progresso e as divulgações."

A gestora diz ainda: "É importante observar que a estrutura acionária de muitas das empresas do setor, que possuem um único ou pequeno grupo de acionistas afiliados que controlam a maioria das ações, também limita o impacto do voto por procuração de um acionista minoritário como a BlackRock."

Por fim, a empresa afirma que seus fundos de ETF acompanham os resultados de investimento de índices estabelecidos por terceiros, através dos quais são seus clientes que escolhem alocar recursos.

MORGAN STANLEY[35]

Os casos foram levados à Morgan Stanley, mas a empresa não se pronunciou sobre nenhum deles, afirmando, sem dar detalhes, que as ações de Marfrig e Minerva são detidas em nome de clientes. "Essas ações não são mantidas como um investimento estratégico ou proprietário em nome do Morgan Stanley".

FAZENDEIROS

Todos os cinco fazendeiros foram procurados diretamente ou através das suas empresas. O único a se manifestar sobre os casos citados foi Aldo Pedreschi Filho.

Ele informou que "o embargo de uma parcela da área das Fazendas Três Rios, e Mata Linda, limítrofes à Fazenda Bela Vista, não impossibilitou a exploração pecuária do remanescente não embargado e, por consequência, a comercialização do gado para o frigorífico JBS". Ele diz que não concorda com a autuação do Ibama, "uma vez que não restou comprovada a presença de gado na Terra Indígena Pequizal do Naruvôtu."

Pedreschi Filho também afirmou que "nunca houve a delimitação pela União da reserva indígena, situação esta resolvida pelo Sr. Aldo com a instalação de cerca de arame nos limites das áreas, a fim de evitar novos atritos com o órgão ambiental. Além disso, a área embargada pelo Ibama é superior aquela destinada à reserva indígena, o que motivou a apresentação de defesa junto a este órgão para discutir todos esses pontos."

NOTAS

PECUÁRIA E DESMATAMENTO

1 IFAO, "The State of the World's Forests 2018": **http://www.fao.org/documents/card/en/c/I9535EN/ (acessado em 28 de setembro de 2020)**

2 SEEG Brasil, "Análise das Emissões Brasileira de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para as metas do Brasil 1970 – 2018": **https://seeg-br.s3.amazonaws.com/2019-v7.0/documentos-analiticos/SEEG-Relatorio-Analitico-2019.pdf (acessado em 28 de setembro de 2020)**

3 Projeto Terra Class 2014: **http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2014.php (acessado em 28 de setembro de 2020)**

4 IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal: **https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939 (acessado em 28 de setembro de 2020)**

5 IBGE, Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho: **https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado (acessado em 28 de setembro de 2020)**

SETOR FINANCEIRO E PECUÁRIA

6 Folha se São Paulo, "Crise da carne recai sobre o bolso do pecuarista, e arroba despenca": **https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2017/06/1890822-crise-da-carne-recai-sobre-o-bolso-do-pecuarista-e-arroba-despenca.shtml (acessado em 28 de setembro de 2020)**

7 Forests & Finance, "Seu dinheiro está destruindo florestas tropicais ou violando direitos humanos?": **http://forestsandfinance.org/wp-content/uploads/2020/08/FF_Briefing_Sep_2020-PT.pdf (acessado em 28 de setembro de 2020)**

8 JBS, Composição Acionária e Societária: **https://ri.jbs.com.br/investidores-esg/governanca-corporativa/composicao-acionaria-e-societaria/ (acessado em 28 de setembro de 2020)**

9 Resolução Nº 3545, Banco Central do Brasil: **https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res_3545_v1_O.pdf (acessado em 28 de setembro de 2020)**

10 BNDES, "BNDES amplia exigências para apoio à cadeia produtiva da pecuária bovina": **https://archive.is/wip/ueZU4 (acessado em 28 de setembro de 2020)**

11 O Eco, " BNDES: combate à pecuária insustentável em ponto morto": **https://www.oeco.org.br/reportagens/bndes-combate-a-pecuaria-insustentavel-em-ponto-morto/ (acessado em 28 de setembro de 2020)**

INVESTIMENTOS PRIVADOS

12 O ECO, “Chancela da bolsa de valores atrai investimentos milionários para empresas com risco de desmatamento”: **https://www.oeco.org.br/reportagens/chancela-da-bolsa-de-valores-atrai-investimentos-milionarios-para-empresas-com-risco-de-desmatamento/ (acessado em 28 de setembro de 2020)**

13 UK, Department for Environment, Food and Rural Affairs: **https://consult.defra.gov.uk/eu/due-diligence-on-forest-risk-commodities/ (acessado em 28 de setembro de 2020)**

14 European Parliament, REPORT on the EU’s role in protecting and restoring the world’s forests: **https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0143_EN.html (acessado em 28 de setembro de 2020)**

15 Global Witness, “Why Eu Action To Tackle Deforestation Should Not Let Finance Off The Hook”: **https://www.globalwitness.org/documents/19859/30012020_Forest_Finance_DD_Briefing_Lay_out_FINAL.pdf (acessado em 28 de setembro de 2020)**

16 Idem

GRANDES INVESTIDORES

17 BlackRock, “Our approach to sustainability”: **https://www.blackrock.com/corporate/literature/publication/our-commitment-to-sustainability-full-report.pdf?stream=top (acessado em 28 de setembro de 2020)**

18 Idem

19 BlackRock, “Investment Stewardship's approach to engagement with agribusiness companies on sustainable business practices”: **https://www.blackrock.com/corporate/literature/publication/blk-commentary-engaging-on-sustainable-agriculture.pdf (acessado em 28 de setembro de 2020)**

20 WSJ, Marfrig Global Foods S/A: **https://www.wsj.com/market-data/quotes/BR/MRFG3/company-people (acessado em 28 de setembro de 2020)**

21 WSJ, Minerva S/A: **https://www.wsj.com/market-data/quotes/BR/BVMF/BEEF3/company-people (acessado em 28 de setembro de 2020)**

22 Global Witness, “Money to Burn”: **https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/money-to-burn-how-iconic-banks-and-investors-fund-the-destruction-of-the-worlds-largest-rainforests/ (acessado em 28 de setembro de 2020)**

23 Morgan Stanley, “Environmental and Social Policy Statement”: **https://www.morganstanley.com/about-us-governance/pdf/Environmental_Policy.pdf (acessado em 28 de setembro de 2020)**

24 Morgan Stanley, “Formulário De Referência 2020”:
http://www.morganstanley.com.br/prospectos/Morgan_Stanley_Formulario_de_Referencia_ICVM_558_Marco_2020.pdf (acessado em 28 de setembro de 2020)

25 Morgan Stanley Administradora de Carteiras, “Manual de Normas e Procedimentos de Compliance, Conduta e Investimentos Pessoais”:
http://www.morganstanley.com.br/prospectos/Manual_de_Compliance_558_Morgan_Stanley_VF_2020.pdf (acessado em 28 de setembro de 2020)

EXEMPLOS DE DESMATAMENTO

26 Ver: **http://www.reporterbrasil.org.br/rotadogado**

27 ***https://theintercept.com/2020/01/31/maiores-desmatadores-amazonia/***

28 ***https://reporterbrasil.org.br/2008/06/carro-de-equipe-que-resgatou-16-pessoas-e-apedrejado/***

29 The Guardian, “Revealed: new evidence links Brazil meat giant JBS to Amazon deforestation”:
https://www.theguardian.com/environment/2020/jul/27/revealed-new-evidence-links-brazil-meat-giant-jbs-to-amazon-deforestation (acessado em 28 de setembro de 2020)

30 Sistema oficial do governo brasileiro usado para verificar mudanças de uso do solo

31 Elas podem ser consultadas em: **https://reporterbrasil.org.br/rotadogado/**

32 JBS, “Juntos pela Amazônia”: **https://jbs.com.br/juntospelaamazonia/ (acessado em 29 de setembro de 2020)**

33 Marfrig, “Marfrig Commitment”:
https://www.marfrig.com.br/Uploads/Arquivos/Commitments_Marfrig_Vision_10_years.pdf (acessado em 29 de setembro de 2020)

34 As respostas integrais da BlackRock à Repórter Brasil estão disponíveis no link abaixo:
https://reporterbrasil.org.br/2020/09/respostas-da-blackrock-sobre-pecuaria-e-investimento-na-jbs/ (acessado em 29 de setembro de 2020)

35 As respostas integrais da Morgan Stanley à Repórter Brasil estão disponíveis no link abaixo:
https://reporterbrasil.org.br/2020/09/integra-das-respostas-sobre-a-morgan-stanly-estar-ligada-ao-desmatamento/ (acessado em 29 de setembro de 2020)